



PROGRAMA OPERACIONAL
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

QCA III

RELATÓRIO DE 2001

Portugal Digital
MCT Ministério da Ciência e da Tecnologia

Versão final: 01-07-2002



ÍNDICE

1. Modificação das condições gerais com importância relevante para a execução da intervenção

2. Análise de progresso do Programa, por Fundo, Eixos e por Medidas - realização física face aos indicadores e objectivos

2.1. Análise global

2.2. Análise por Eixo Prioritário

2.3. Análise por Medida

3. Execução financeira

3.1. Aprovações e despesa efectuada

3.2. Eixo Prioritário I

3.3. Eixo Prioritário II

3.4. Eixo Prioritário III

3.5. Eixo Prioritário IV

3.6. Pedidos de pagamento e transferências recebidas

3.7. Regionalização do investimento aprovado

3.8. Listagem dos projectos aprovados

3.9. Componente Desconcentrada (PO's Regionais)

4. Previsões sobre a evolução

4.1. Ponto de Situação a 30 de Abril de 2002

4.2. Previsões de Execução

4.3. Expectativa de cumprimento da Regra N+2

5. Indicadores para a atribuição da reserva de eficiência

6. Medidas para assegurar a eficácia da gestão e implementação do programa

6.1. Acções de acompanhamento

6.2. Síntese de Problemas Detectados

6.3. Medidas para assegurar a eficácia da Gestão e implementação do Programa

6.4. Sistema de informação

6.5. Utilização da Assistência Técnica

6.6. Acções de controlo de 1º Nível

6.7. Avaliação Intercalar

7. Informação e Publicidade

7.1. Acções para o público em geral

7.2. Beneficiários potenciais

8. Compatibilidade com as Políticas Comunitárias

1. Modificação das condições gerais com importância relevante para a execução da intervenção

O ano de 2001 foi marcado, na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento, por um conjunto de condicionantes do contexto internacional dos sectores das telecomunicações e do multimédia a que Portugal não pode estar alheio. Com efeito, estes sectores foram marcados por uma redução dos níveis de investimento que limitaram as intervenções do sector privado, que são muito importantes pelo papel infraestrutural que é representado pelas telecomunicações. Parte significativa destas dificuldades, resultou dos atrasos da introdução das tecnologias de banda larga e do UMTS.

No caso do UMTS, os fortes investimentos feitos pelos operadores têm tardado a obter o retorno esperado pelos investidores, de que resultou um significativo atraso na introdução de tecnologias importantes para a concretização da sociedade da informação.

Já no que se refere à banda larga, em especial a tecnologia ADSL que se considera a mais importante para a massificação da banda larga, tem-se também verificado uma lenta penetração desta tecnologia, resultado de um quadro regulamentar que não tem contribuído para a liberalização e para a descida de tarifas a um ritmo sustentado.

Apesar destes factos, a evolução dos principais indicadores da Sociedade da Informação em Portugal continuou a demonstrar um desempenho muito positivo. Os dados mais recentes (disponíveis em <http://www.si.mct.pt>) demonstram significativos avanços na universalização do acesso à Internet em Portugal, um dos factores considerado mais significativo para avaliar o grau de implantação da Sociedade da Informação. Com efeito, entre 2000 e 2001, a taxa de crescimento de utilizadores de computador cifrou-se em 26%; em 2001, um em cada dois portugueses era utilizador de computador.

Também em relação à utilização da Internet ocorreram transformações paralelas: entre 2000 e 2001 registou-se uma forte taxa de crescimento na ordem dos 30%. Assim, em 2001, cerca de um quarto da população portuguesa era utilizadora da Internet.

Começam, também, a verificar-se profundas alterações no que diz respeito às taxas de utilização da Internet ou à penetração do computador nos mais variados meios. Os dados do último inquérito à utilização das tecnologias da informação e comunicação pela população portuguesa revelam o crescimento de todos os indicadores em todas as classes etárias e níveis de escolaridade.

Acresce que a aposta estratégica do Governo tem sido dirigida a várias frentes que passam, entre outras, pela definição de um enquadramento institucional estruturado e com uma forte coordenação central através da Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, cuja actividade está devidamente balizada, a nível nacional pela Iniciativa Internet e, a nível comunitário, pelas metas e objectivos constantes no Plano de Acção eEurope 2002.

Outras frentes de intervenção consideradas como importantes e estruturantes foram dirigidas a outros sectores da sociedade portuguesa e centraram-se no fortalecimento

dos benefícios fiscais para aquisição de material informático pelas famílias e no combate à info-exclusão.

O ano de 2001 foi marcado pela concretização de um objectivo comum à Iniciativa Internet e ao Plano de Acção eEurope 2002 - a ligação de todas as escolas portuguesas à Internet. Este objectivo, concluído durante 2001, foi tornado possível através de um financiamento do Programa Operacional Sociedade da Informação e tem tido um factor estruturante em diversas dimensões da concretização da Sociedade da Informação em Portugal. Com efeito, o papel que os jovens estudantes representam nas opções das famílias, comprovadas através dos inquéritos que vêm sendo efectuados pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias e disponíveis em <http://www.si.mct.pt>, permitem antecipar que a grande importância das iniciativas nacionais na área das acessibilidades, devem continuar a ser reforçadas e a ser destino prioritário dos investimentos públicos.

EGovernment

Relativamente às matérias relacionadas com o eGovernment, é de salientar o exercício de benchmarking europeu, realizado no contexto do Plano de Acção eEurope 2000, visando determinar a evolução dos diversos Estados Membro em matéria de governo electrónico.

Assim, foram identificados 20 serviços básicos a nível do relacionamento entre a Administração e os cidadãos e as empresas, contribuindo para um enquadramento mais objectivo do Estado Aberto, designadamente em matéria de prioridades e critérios de selecção dos projectos a apoiar.

De realçar a Conferência organizada pelos serviços da Comissão Europeia em parceria com a Presidência Belga da União, onde foram apresentados os primeiros resultados de benchmarking, relativos aos 15 EM mas também aos novos países da adesão (www.europa.eu.int/information_society/europe).

Os resultados desta Conferência demonstraram um bom posicionamento de Portugal no contexto europeu, resultante de uma política sustentada de modernização da Administração Pública através da adesão às tecnologias da sociedade da informação.

2. Análise de progresso do Programa, por Fundo, Eixos e por Medidas - realização física face aos indicadores e objectivos

2.1. Análise global

Uma vez concluído o processo de consolidação das condições básicas de operacionalidade do Programa Operacional - definição de procedimentos, recrutamento e formação do corpo técnico da equipa do Gabinete de Gestão, criação e definição dos normativos dos órgãos de gestão - o ano de 2001 confirmou-se como o ano de lançamento da execução do POSI.

Durante o ano em análise e no âmbito das 5 Unidades de Gestão e 2 consultas escritas efectuadas, foram aprovados 135 projectos, correspondendo a um montante de despesa pública aprovada na ordem dos 146,4 milhões de euros (vide Anexo II), sendo 72,2 milhões de euros correspondentes a co-financiamento comunitário, - 67,2 milhões de euros correspondentes a FEDER e 4,9 milhões de euros a FSE.

O nível de aprovações registado não se distribui de forma uniforme por todas as medidas do programa operacional, como ficará evidente na análise por medida desenvolvida mais à frente.

Este facto deve-se, em primeiro lugar, à diferente complexidade quanto à natureza e tipologia de projectos elegíveis no âmbito de cada uma, facto que esteve na origem da gradualidade temporal decidida para a abertura dos concursos públicos para recepção de candidaturas.

Na sequência da criação, em Abril de 2001, através do Decreto-Lei Nº 140/2001, do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação e previamente à abertura de concurso específico para candidaturas à Medida 1.1 – “Competências Básicas em TICs. O manifesto interesse público do projecto bem como a experiência e recursos apropriados do promotor – a FDTI – estiveram na origem da aprovação do projecto nestes moldes.

Relativamente às duas outras medidas do Eixo 1, foi o seguinte o calendário de abertura de concursos:

Medida	Designação	Data
Medida 1.2.	Bolsas de Doutoramento	Jan/Fev Junho/Julho
Medida 1.2.	Bolsas de Pós Doutoramento	Aberto em permanência
Medida 1.2.	Bolsas de Licença Sabática	Aberto em permanência
Medida 1.3.	Projectos de Investigação	2 Jan a 12 Março
Medida 1.3.	Projectos de I&D em Consórcio	9 Agosto a 31 Out

Em relação ao concurso de Projectos de I&D em Consórcio, foram recebidas 172 candidaturas, tendo resultado da avaliação por painéis a selecção de 72 projectos para contratualização a verificar-se já durante 2002.

No âmbito do Eixo 2, o calendário da abertura de concursos foi o seguinte:

Medida	Designação	Data
Medida 2.1.	Edital Espaços Internet	8 de Fevereiro
Medida 2.2.	Edital "Conteúdos"	25 de Junho
Medida 2.3.	Edital Cidades e Regiões Digitais	29 de Outubro
Medida 2.4.	Edital Cidades e Regiões Digitais	29 de Outubro

Considerando tratar-se de uma nova realidade de oportunidades colocadas pelas acções e medidas do POSI aos potenciais beneficiários, foi decidida, para esta primeira fase, a recepção de candidaturas em permanência.

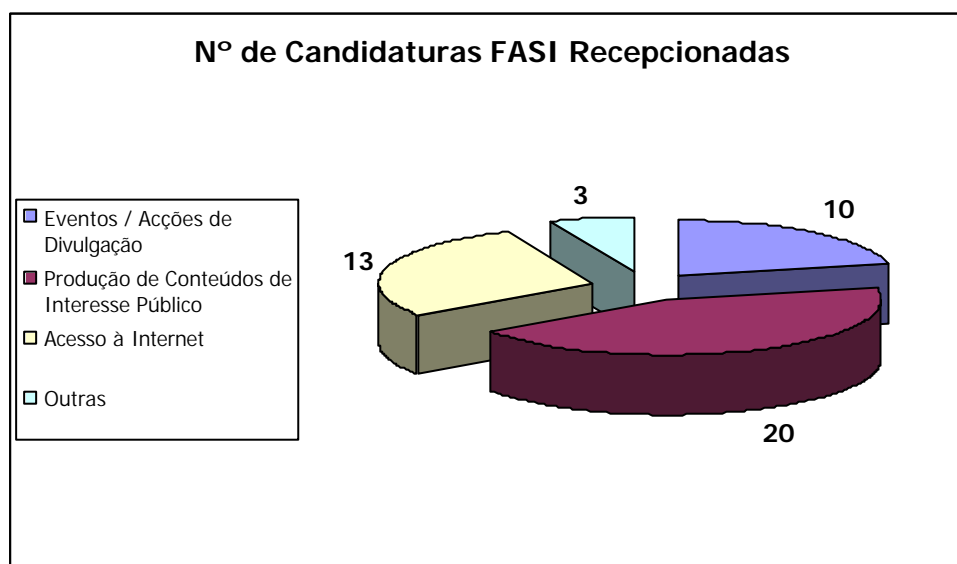
As medidas co-financiadas pelo FEDER tinham os respectivos regulamentos de acesso aprovados no final do primeiro trimestre; até 30 de Junho foram aprovados os regulamentos de acesso referentes às medidas co-financiadas pelo Fundo Social Europeu.

Praticamente no final do primeiro semestre, e tendo em conta o estado ainda embrionário do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal, foi criado um novo instrumento de apoio - FASI - Fundo de Apoio à Sociedade da Informação. Destinase a acções ou iniciativas de pequena dimensão (apoio máximo POSI de 24,9 Mil Euros), com carácter pontual, enquadráveis nos objectivos do Programa Operacional,

nomeadamente nas suas Medidas 2.1 “Acessibilidades” e 2.2 “Conteúdos” que se proponham contribuir para a dinamização da Sociedade da Informação em Portugal.

No âmbito deste Fundo, cuja divulgação pública foi predominantemente garantida através do Site do POSI, podem ser objecto de apoio, nomeadamente, acções de sensibilização ou de divulgação da sociedade da informação, conferências, exposições ou feiras, criação de sites de interesse público, criação de condições de acesso à Internet de instituições de solidariedade social, associações e outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, aquisição ou produção de conteúdos de interesse público, elaboração de estudos relevantes.

Ao longo do ano de 2001 deram entrada no Gabinete de Gestão do POSI, 46 candidaturas a este Fundo, cujo processo de apreciação só seria concluído no ano seguinte. A distribuição por tipologia de acções registada é a seguinte:



Também para o Eixo 3, o ano de 2001 constituiu o verdadeiro arranque, após as primeiras aprovações ocorridas no final de 2000 mas que só conheceram um real desenvolvimento já em 2001. Neste contexto, o calendário de abertura de períodos para recepção de candidaturas do Eixo III, foi o seguinte:

Medida	Designação	Data
Medida 3.1.	Estado Aberto: Modernizar a Administração Pública	1 – 31 de Maio 1 Out. -15 Dez.

2.2. Análise por Eixo Prioritário

A execução do Eixo 1 do Programa Operacional Sociedade da Informação foi caracterizada por duas dimensões, associadas à distinta natureza das medidas.

Por um lado, no que se refere à medida dirigida às Competências Básicas, foi necessário um esforço legislativo e regulamentar pela inovação dos aspectos contemplados no Diploma de Competências Básicas. A extensão temporal deste processo contribuiu para um deslizamento das acções necessárias à execução da Medida 1.1, facto que consideramos ser possível recuperar durante o ano de 2002. Aliás, como já referido, foi aprovada uma candidatura submetida pela FDTI, que foi considerada de interesse público, quer pela natureza da entidade proponente e a sua experiência em áreas afins, quer pela dimensão importante da população alvo.

Já no que se refere às medidas ligadas às Competências Avançadas, a Projectos de Investigação e a Projectos de Investigação em Consórcio, a situação correspondeu a uma continuidade de trabalho já devidamente consolidado. Assim, foi possível aproveitar a experiência da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a qual existem contratos programa relativos às medidas 1.2 – Formação Avançada – e medida 1.3 – Projectos de Investigação, tendo sido lançados concursos nestas duas vertentes.

No que se refere a Projectos de Investigação em Consórcio, e ainda no âmbito da medida 1.3, a Agência de Inovação, também no contexto de outro contrato programa, procedeu à abertura de um concurso para projectos de investigação entre empresas e unidades de investigação. Na área das tecnologias da informação e da comunicação, onde o POSI intervém, verificou-se um número significativo de candidaturas (172).

O Eixo Portugal Digital, que agrega, numa estratégia de complementaridade quatro medidas, tem como grandes objectivos:

- ✓ O acesso generalizado dos cidadãos ao computador e à Internet, num combate à info-exclusão, através do desenvolvimento de uma política pública que garanta uma cobertura regional e socialmente equilibrada do país;
- ✓ A concepção e disponibilização de conteúdos de interesse público e de qualidade em língua portuguesa que estimule e dê sentido à utilização destas tecnologias;
- ✓ A disponibilização na Internet de informação e serviços ligados a um território espacial, cultural, social e económico, com vista à melhoria da qualidade de vida dos seus membros e melhoria da competitividade do seu tecido económico.

Durante o ano de 2001, a principal contribuição do POSI para a estratégia definida através destes objectivos situou-se, predominantemente, na generalização de acessos públicos, através de uma procura muito significativa a apoios disponibilizados pela Medida 2.1 Acessibilidades.

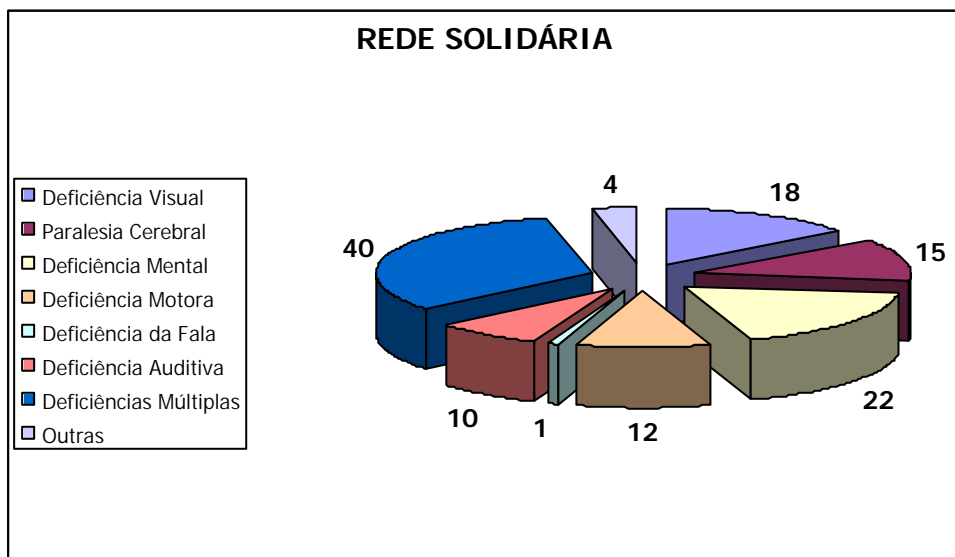
Justifica-se uma menção especial, em termos de objectivos globalmente atingidos, a conclusão da ligação à Internet das Escolas do 1º ciclo do ensino básico, no âmbito do Programa “Internet na Escola”, que no final do ano apresentava uma taxa de cobertura de 100%.

O apoio do POSI ao “Internet na Escola” concretiza-se através do financiamento da RCTS – Rede Ciência Tecnologia e Sociedade, no âmbito de um projecto apresentado pela instituição que a gere, a FCCN.

Longe de esgotar a sua intervenção à rede escolar e científica, a RCTS garante o acesso à Internet de um conjunto muito vasto de instituições associativas (204), museus (32) e bibliotecas (323).

Ainda no âmbito dos acessos providenciados pela RCTS, consideramos de particular relevância a Rede Solidária Cidadãos com Necessidades Especiais. Criada em Abril de 2001, esta Rede garante a ligação à Internet (acesso gratuito, um computador, 1 router, 1 impressora) de instituições que actuam na área da deficiência, prossequindo a estratégia de inclusão e contribuição para a igualdade de oportunidades definida o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Esta Rede Solidária integrava, no final de 2001, 122 instituições de diferentes áreas da deficiência.



No que toca às restantes medidas deste eixo, constatou-se que a adesão às medidas 2.2 “Conteúdos” e 2.3 e 2.4 “Projectos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital” com a respectiva componente de formação associada, implicou muito mais tempo de maturação por parte dos promotores para a concepção e submissão de candidaturas.

Ao longo do ano, o Gabinete de Gestão do POSI foi insistentemente contactado por um universo de potenciais promotores vasto e diverso para precisar conceitos, definir elegibilidades, apoiar na elaboração das próprias candidaturas.

Esta tarefa traduziu-se numa abordagem de grande proximidade com os promotores, permitiu a aquisição de um conhecimento bastante rico do estado da sociedade da informação no país. Mas os seus resultados em termos de candidaturas submetidas a estas medidas só se tornaram visíveis, e de uma forma muito satisfatória, no ano seguinte.

Por outro lado, a apreciação e análise das candidaturas a estas duas medidas constitui igualmente um processo bastante exigente, implicando conhecimentos muito variados, pelo que se veio a revelar adequada a criação de um painel de avaliação para cada uma destas medidas, constituídos por especialistas nacionais nas áreas elegíveis.

Este aspecto será descrito em detalhe, no âmbito do tratamento do ponto 5 deste relatório, relativo às disposições tomadas para assegurar a eficácia da gestão e implementação do programa.

2.3. Análise por Medida

Eixo I

Medida 1.1 “Competências Básicas” (FSE)

Como já referido e tendo em vista a preparação das condições estruturais para o lançamento, a nível nacional, do processo de credenciação de competências básicas em tecnologias da informação, foi levada a efeito uma actividade regulamentar e de negociação entre Ministérios.

Assim, em 21 de Agosto de 2001, a Portaria ME, MTS e MCT N° 1013/2001 fixa os critérios de credenciação das entidades que conferem o Diploma e cria uma unidade central com as competências de: centralizar a informação relativa à concessão dos Diplomas; manter um registo actualizado das diferentes entidades que o concedem, de indicadores de resultado e de realização dos exames efectuados; definir o modelo de Diploma. Esta unidade central viria a ser constituída no Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT) por Despacho MCT n° 20634/2001 de 2 de Outubro.

Na sequência desta Portaria foram desenvolvidos longos contactos entre o Gabinete MCT e os Gabinetes do MTS e ME, no sentido de se acordarem procedimentos expeditos para credenciação das entidades das respectivas áreas. Concretamente, havia expectativas no sentido de que, entidades da área do MTS que já fossem acreditadas pelo INOFOR seriam automaticamente creditadas para a concessão deste Diploma, o mesmo se passando com os estabelecimentos de ensino relativamente à área da Educação. Estes contactos não foram, até à data, conclusivos nesta matéria.

Medida 1.2 - “Formação Avançada” (FSE)

Na sequência da abertura dos concursos nas datas já enunciadas, foram aprovadas neste ano, para financiamento pelo POSI, o seguinte número de bolsas:

Bolsas de Doutoramento	31
Bolsas de Pós Doutoramento	3
Bolsas de Mestrado/Apoio à Dissertação	2

Verifica-se dificuldade na existência de candidaturas em formação avançada em tecnologias da informação e comunicação. Este facto deve-se, como resultado da análise efectuada, ao facto do mercado de trabalho estar muito carente em técnicos destas áreas, verificando-se um reduzido interesse de potenciais candidatos.

É intenção da gestão do programa de lançar concursos dirigidos à formação avançada, mais dirigidas ao apoio às áreas de intervenção em redes avançadas e ao processamento computacional da língua portuguesa, como um meio de corrigir esta situação.

Medida 1.3 - “Investigação e Desenvolvimento” (FEDER)

Para além dos 72 projectos de investigação em consórcio apoiados no âmbito do contrato-programa estabelecido entre o POSI e a ADI já referidos, e na sequência do processo de avaliação aplicado a 154 candidaturas apresentadas a concurso lançado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foram aprovados, em 2001, 62 projectos de I&D. Estes projectos situam-se em 4 áreas elegíveis para apoio pelo POSI – Sistemas Robóticos, Inteligentes e de Informação, Redes e Sistemas de Comunicação, Sistemas de Computadores (da área da engenharia electrotécnica e informática) e da Área Interdisciplinar relativa ao Processamento Computacional da Língua Portuguesa.

Com vista a um aumento da eficácia desta medida em área consideradas de especial interesse no âmbito das políticas nacionais e comunitárias ligadas à promoção da iniciativa comunitária eEurope 2005, foi preparado e lançado já no início de 2002 um concurso de candidatura a projectos visando incentivar a investigação e desenvolvimento nas seguintes áreas: redes de alta velocidade, IPv6 e segurança em redes informáticas.

Também a área da investigação em consórcio tem sido alvo de um particular cuidado, estando a parceria entre empresas e instituições do sistema científico e tecnológico a ser incentivada. Assim nos primeiros meses de 2002 tem vindo a ser avaliadas as candidaturas submetidas ao concurso aberto pela Agência de Inovação ao abrigo de um contrato programa com a gestão do POSI.

O montante de investimento aprovado associado a este conjunto de 62 projectos de investigação é de cerca de 3 milhões de Euros.

Eixo II

Medida 2.1 – “Acessibilidades” (FEDER)

Como já referido, integra-se na Medida 2.1 “Acessibilidades” o maior número de projectos aprovados pelo POSI em 2001 – 105 projectos.

Na sequência da divulgação, em 8 de Fevereiro, do Edital relativo à criação de Espaços Internet – “*Espaços públicos de familiarização dos cidadãos com as tecnologias da informação e de acesso gratuito à Internet, localizados em locais de fácil acesso e centralidade, com horário de funcionamento alargados e apoiados por animadores*”

habilitados” – foram aprovadas 95 candidaturas submetidas por Câmaras Municipais e 4 Associações de Municípios – Associação de Municípios da Terra Quente, do Vale do Ave, da Lezíria do Tejo e do Oeste.

A aprovação destas candidaturas traduz-se na criação de 131 Espaços Internet (1 por concelho, com excepção do Município da Amadora, cuja densidade populacional justificou a aprovação de 4 Espaços Internet e Matosinhos, que viu aprovado um segundo Espaço Internet localizado na freguesia de Santa Cruz do Bispo). O conjunto destes Espaços Internet compreende um total de 1073 postos públicos de acesso (computadores ligados à Internet).

Foi preocupação constante do GGPOSI sensibilizar os promotores destes Espaços Internet, para a importância de garantir o acesso dos cidadãos com necessidades especiais aos mesmos, através da aquisição de equipamento específico disponível no mercado.

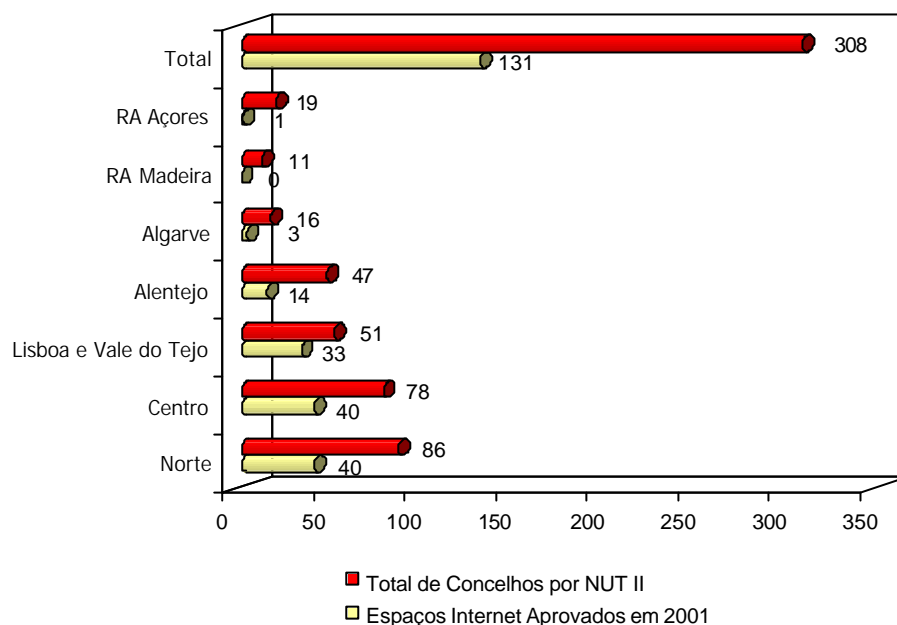
Como ilustra o quadro “Indicadores de Medida”, no final de 2001, cerca de 11 meses após o lançamento público do Edital relativo à criação de Espaços Internet, o número destes espaços aprovados situava-se em cerca de 43% da meta definida para o final do ano de 2003.

Indicadores da Medida

Medida	Indicadores de Resultado e de Realização Física	Unid.	Ponto	Dez.	Metas	
			Partida	2001	2003	2006
2.1.	<i>De Resultado</i>					
	Postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos	%		43%	100%	100%
	Postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias	%				100%
	Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico com acesso à Internet	%		100%		100%
	<i>De Realização Física</i>					
	Postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos	N.º		131	307	307
	Postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias	N.º		135		4.241
	Outros postos/espacos públicos de acesso à Internet	N.º		257		
	Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos	N.º		1.073		
	Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias	N.º				
	Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet noutros espacos	N.º		272		
	Computadores com adaptações para CNE nos postos/espacos públicos de acesso à Internet	N.º		102		
	Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico com acesso à Internet	N.º	220	8.710		8.000
	Associações com Acesso à Internet	N.º	80	204		

O gráfico abaixo ilustra a distribuição regional dos equipamentos aprovados.

Espaços Internet Municipais Aprovados por Região em 2001



Três regiões apresentam uma situação, nesta data, mais modesta – Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores. Quanto às Regiões Autónomas, os actuais níveis de aprovação tenderão a ser objecto de uma alteração muito significativa fruto da aprovação já no ano seguinte respectivamente de um Contrato Programa estabelecido entre o POSI e o Fundo para a Ciência e Tecnologia da Região Autónoma dos Açores e a submissão de uma candidatura à Medida 2.3. do Projecto Integrado “Madeira Digital”.

Com características menos ambiciosas, porque vocacionados para públicos mais restritos, foram ainda aprovados Espaços Internet promovidos por um conjunto de entidades que, tendo em conta o âmbito de actividades muito relevante que desenvolvem, consideramos de interesse realçar – Casa do Brasil, Pastoral dos Ciganos, Graal, Centro Nacional de Cultura.

Medida 2.2 – “Conteúdos” (FEDER)

Um projecto de criação de um arquivo digital público dos monumentos de carácter religioso e da arte sacra portuguesa promovido pela Diocese do Porto – Projecto Multimédia Jubileu 2000 - constituiu o projecto aprovado no âmbito desta medida no ano em análise.

Medida 2.3 – “Projectos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital” (FEDER)

Foram apreciados e aprovados, em 2001, 4 projectos no âmbito desta medida – “Comunidades em Movimento”, “Aveiro - Estaleiro 2001”, “Serviço Cooperativo de

Extensão de Trás-os-Montes e Alto Douro” e “Tavira Digital”. Os três primeiros projectos têm origem em projectos semelhantes, desenvolvidos com apoio financeiro disponibilizado ainda no âmbito da medida Sociedade da Informação do Programa Operacional Telecomunicações que vigorou no QCA II e cujo sucesso da sua implantação e impacto junto do público a que se destinavam justificou cabalmente a sua prossecução neste novo período de programação.

Indicadores da Medida

Medida	Indicadores de Resultado e de Realização Física	Unid.	Ponto	Dez.	Metas	
			Partida	2001	2003	2006
2.3.	De Resultado					
	Projectos Integrados no âmbito da Sociedade da Informação	N.º		4		
	Concelhos envolvidos em Projectos Integrados	N.º		32		
	Formulários disponibilizados sem submissão on-line	N.º				
	Formulários disponibilizados com submissão on-line	N.º				
	Hospitais com serviços de Telemedicina	N.º		1		
	Centros de Saúde com serviços de Telemedicina	N.º				
	Utentes potenciais que beneficiam dos serviços de Telemedicina	N.º				
	De Realização Física					
	Acções aprovadas no âmbito de projectos integrados	N.º		14		
	Acções aprovadas no âmbito de projectos integrados destinadas a CNE	N.º		1		
	Agências de Desenvolvimento Regional envolvidas nos projectos integrados	N.º				
	Câmaras Municipais envolvidas nos projectos integrados	N.º		32		
	Juntas de Freguesia envolvidas nos projectos integrados	N.º		50		
	Instituições de Ensino envolvidas nos projectos integrados	N.º		3		
	Direcções Regionais de Educação envolvidas nos projectos integrados	N.º				7
	Administrações Regionais de Saúde envolvidas nos projectos integrados	N.º		1		7
	Hospitais envolvidos nos projectos integrados	N.º		7		
	Centros de Saúde envolvidos nos projectos integrados	N.º		3		
	Associações comerciais, industriais e empresariais envolvidas nos projectos integrados	N.º				
	Empresas envolvidas nos projectos integrados	N.º		1		
	Outras entidades públicas envolvidas nos projectos integrados	N.º				
	Outras entidades privadas envolvidas nos projectos integrados	N.º		5		
	Sites criados de divulgação dos projectos integrados e de informação de interesse público	N.º		2		
	Postos/espacos públicos com acesso à Internet criados em projectos integrados	N.º		59		

Medida 2.4 – “Acções Integradas de Formação” (FSE)

Como se sabe, a medida 2.4 destina-se exclusivamente ao apoio de acções de formação incluídas nos projectos de cidades ou regiões digitais.

Das candidaturas aprovadas nesta medida, apenas o projecto “Comunidades em Movimento” integrava a componente de formação em complementaridade às restantes acções do projecto.

Eixo III

Medida 3.1. – “Estado Aberto” (FEDER)

As Unidades de Gestão realizadas permitiram aprovar 14 projectos, impulsionando os níveis de aprovação do Estado Aberto, concluindo assim o processo de candidaturas lançado em Dezembro de 2000 e iniciando igualmente as aprovações referentes a projectos a implementar em 2002.

Paralelamente a este processo de análise e aprovação, foram afinados um conjunto de instrumentos metodológicos com vista à estabilização dos referenciais de Análise Técnica – Critérios e Parâmetros, tendo em atenção as questões levantadas quer pelas especificidades decorrentes da realidade concreta dos projectos propostos, quer pelo próprio contexto enquadrador, tendo em atenção, por exemplo, o exercício de *benchmarking* europeu e as prioridades introduzidas nesta matéria.

De destacar neste contexto, a importância da clara definição das elegibilidades e prioridades de investimento face ao elevado montante do financiamento solicitado, que ultrapassa em muito o envelope financeiro alocado ao Estado Aberto.

Relativamente ao apuramento dos indicadores físicos relativos aos projectos apoiados, salienta-se o facto de estes, em fase de execução, apenas poderem ser efectivamente quantificados aquando da sua conclusão, dada a natureza específica dos projectos nesta área.

Indicadores da Medida

Indicadores Físicos	Unidade	Aprovado	Realizado
redes locais instaladas	n.º	45	
aplicações informáticas/BD desenvolvidas	n.º	30	
websites desenvolvidos	n.º	29	1
organismos abrangidos	n.º	198	1

Decorrente da fraca execução financeira registada até 31 de Dezembro de 2001, na sua grande maioria os projectos ainda não foram concluídos, estando estes numa fase da sua normal execução.

Relativamente aos indicadores associados aos projectos apoiados, é de destacar a proposta de reformulação face ao Complemento de Programação em vigor, que agora se apresenta.

Esta reformulação visa uniformizar os indicadores no contexto do POSI, adoptando as mesmas designações, para além de agregar a informação ao nível mais relevante.

Assim, os indicadores que agora se propõem em termos de Indicadores de Acompanhamento, a inscrever no Complemento de Programação, são os seguintes:

Indicadores de Acompanhamento

Indicadores de Resultado	Unidade	Situação de Partida	Realizado *	Taxa de Variação (%)
Organismos com ligação à <i>Internet</i>	n.º	239	774	69
Organismos que disponibilizam correio electrónico aos funcionários	n.º caixas de correio	2.295	4.062	44
Organismos que disponibilizam formulários através da <i>Internet</i>	n.º formulários	10	131	92
Organismos que aceitam formulários através da <i>Internet</i>	n.º formulários	4	106	96
Organismos que utilizam as TIC em processos comuns	n.º	7	124	94
Websites acessíveis aos CNE's	n.º	1	8	88

* Resultados a alcançar através dos projectos aprovados até 31-12-2001

3. Execução financeira

3.1. Aprovações e despesa efectuada

O montante de Despesa Pública Total aprovada acumulada para os projectos do POSI em 31 de Dezembro de 2001 é, relativamente às medidas FEDER, de € 155.617.078 e de € 8.736.320 relativamente às medidas do FSE totalizando € 164.353.399 (vide o quadro 1 do Anexo I).

A anualização dos respectivos montantes por medida, encontra-se evidenciada no ponto seguinte.

Verifica-se a realização de um esforço muito significativo de aprovação durante o ano de 2001, traduzindo-se pelo quadro seguinte:

Unidade: euro

Montantes Aprovados	2000		2001		Var. % (3)/(1)
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)	
FEDER	16.505.552	11.781.386	139.111.528	67.210.188	842,8
FSE	1.474.546	1.105.909	7.261.774	4.959.885	492,5
TOTAL	17.980.098	12.887.295	146.373.301	72.170.073	814,1

D.P.T.: Despesa Pública Total

O montante de Despesa Pública Total executada acumulada em 31 de Dezembro de 2001, é relativamente ao FEDER de € 35.858.693 e ao FSE de € 3.431.216 (vide quadro 1 do Anexo I) perfazendo € 39.289.909. O esforço de execução no ano de 2001 é superior ao de 2000, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

Unidade: euro

Montantes Executados	2000		2001		Var. % (3)/(1)
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)	
FEDER	6.050.862	4.538.147	29.807.831	14.693.905	492,6
FSE	1.400.798	992.322	2.030.418	1.403.819	144,9
TOTAL	7.451.660	5.530.470	31.838.249	16.097.724	427,3

Legenda: D.P.T. – Despesa Pública Total

3.2. Eixo Prioritário I

Montante Aprovado

Unidade: euro

Ano	Despesa Pública Total			FEDER			FSE		
	Programado (1)	Aprovado (2)	(2/1) %	Programado (3)	Aprovado (4)	(4/3) %	Programado (5)	Aprovado (6)	(6/5) %
2000	10.775.000	6.600.273	61,3	3.492.000	3.492.000	100,0	4.155.000	860.427	20,7
2001	16.370.000	16.968.491	103,7	4.240.000	5.192.641	122,5	5.142.000	4.482.726	87,2
2002	29.560.000	14.235.502	48,2	7.831.000	6.121.400	78,2	6.950.000	0	-
2003	39.827.000	18.632.414	46,8	7.981.000	7.994.142	100,2	7.834.000	0	-
2004	29.358.000	22.300.000	76,0	4.988.000	9.406.900	188,6	6.733.000	0	-
2005	30.169.000	0	-	7.003.000	0	-	7.639.000	0	-
2006	31.927.000	0	-	7.981.000	0	-	9.082.000	0	-
Total	187.986.000	78.736.680	41,9	43.516.000	32.207.083	74,0	47.535.000	5.343.153	11,2

Montante Executado

Unidade: euro

Ano	Despesa Pública Total			FEDER			FSE		
	Programado (1)	Executado (2)	(2)/(1) %	Programado (3)	Executado (4)	(4)/(3) %	Programado (5)	Executado (6)	(6)/(5) %
2000	10.775.000	2.111.747	19,6	3.492.000	743.279	21,3	4.155.000	784.497	18,9
2001	16.370.000	7.812.321	47,7	4.240.000	3.268.923	77,1	5.142.000	1.024.661	19,9
2002	29.560.000	0	-	7.831.000	0	-	6.950.000	0	-
2003	39.827.000	0	-	7.981.000	0	-	7.834.000	0	-
2004	29.358.000	0	-	4.988.000	0	-	6.733.000	0	-
2005	30.169.000	0	-	7.003.000	0	-	7.639.000	0	-
2006	31.927.000	0	-	7.981.000	0	-	9.082.000	0	-
Total	187.986.000	9.924.138	5,3	43.516.000	4.012.202	9,2	47.535.000	1.809.158	3,8

Relativamente ao Eixo I, a inserção em SIFEC dos projectos homologados comparticipados pelo FEDER, não se encontra ainda perfeitamente estabilizada, pelo que, foi elaborado um mapa (vide Anexo I quadro 2 – aprovações e quadro 3 – execução) que evidencia os montantes não considerados na ficha SIFEC do Anexo X.

Relativamente aos projectos homologados do FSE foi elaborado um mapa contendo a totalidade dos projectos homologados até ao final do ano de 2001. O total do compromisso assumido de despesa pública total pelo POSI para o Eixo I (FSE), é de € 78.736.680.

3.3. Eixo Prioritário II

Montante Aprovado

Unidade: euro

Ano	Despesa Pública Total			FEDER			FSE		
	Programado (1)	Aprovado (2)	(2)/(1) %	Programado (3)	Aprovado (4)	(4)/(3) %	Programado (5)	Aprovado (6)	(6)/(5) %
2000	19.582.000	12.025.249	61,4	12.993.000	6.136.351	47,2	734.000	0	0
2001	36.232.000	32.303.134	89,2	16.371.000	16.291.099	99,5	833.000	127.743	15,3
2002	54.278.000	14.817.584	25,9	21.435.000	7.581.405	35,4	1.008.000	0	-
2003	64.117.000	6.180.338	9,6	24.101.000	3.254.631	13,5	1.008.000	0	-
2004	77.371.000	3.901.031	5,0	34.939.000	1.964.359	5,6	599.000	0	-
2005	71.111.000	0	-	39.232.000	0	-	534.000	0	-
2006	66.950.000	0	-	39.367.000	0	-	269.000	0	-
Total	389.641.000	69.227.336	17,8	188.438.000	35.227.845	18,7	4.985.000	127.743	2,6

Montante Executado

Unidade: euro

Ano	Despesa Pública Total			FEDER			FSE		
	Programado (1)	Executado (2)	(2)/(1) %	Programado (3)	Executado (4)	(4)/(3) %	Programado (5)	Executado (6)	(6)/(5) %
2000	19.582.000	4.458.517	22,8	12.993.000	3.343.887	25,7	734.000	0	-
2001	36.232.000	20.477.596	56,5	16.371.000	9.279.851	56,7	833.000	0	-
2002	54.278.000	0	-	21.435.000	0	-	1.008.000	0	-
2003	64.117.000	0	-	24.101.000	0	-	1.008.000	0	-
2004	77.371.000	0	-	34.939.000	0	-	599.000	0	-
2005	71.111.000	0	-	39.232.000	0	-	534.000	0	-
2006	66.950.000	0	-	39.367.000	0	-	269.000	0	-
Total	389.641.000	24.936.113	6,4	188.438.000	12.623.738	6,7	4.985.000	0	-

3.4. Eixo Prioritário III

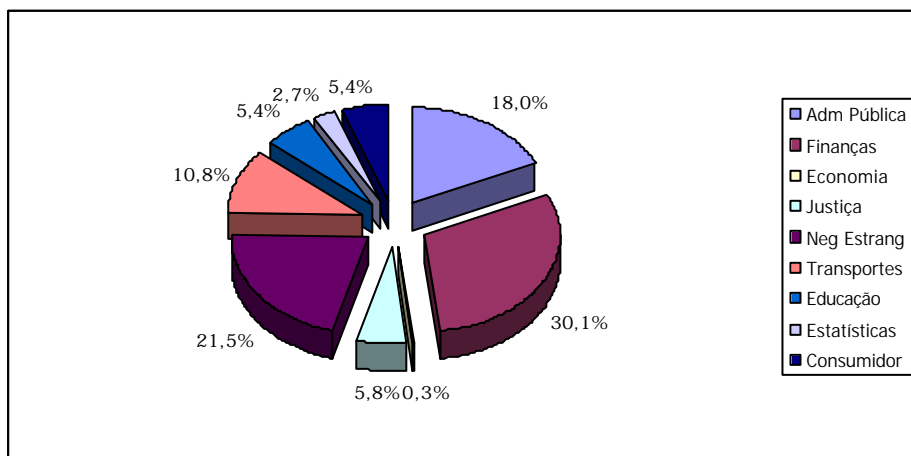
Até 31-12-2001, através da realização de 5 Unidades de Gestão, foi possível aprovar um conjunto de 16 projectos com a seguinte anualização:

Unidade: euro

Ano	Despesa Pública Total			FEDER			FSE		
	Programado (1)	Aprovado (2)	(2)/(1) %	Programado (3)	Aprovado (4)	(4)/(3) %	Programado (5)	Aprovado (6)	(6)/(5) %
2000	2.561.494	0	0	1.920.120	0	0	0	0	-
2001	5.500.494	6.922.339	125,9	4.125.120	5.191.754	125,9	0	0	-
2002	5.625.494	5.510.117	97,9	4.220.120	4.132.588	97,9	0	0	-
2003	5.690.494	1.398.980	24,6	4.270.120	1.049.231	24,6	0	0	-
2004	4.681.494	0	-	3.511.120	0	-	0	0	-
2005	4.292.494	0	-	3.222.120	0	-	0	0	-
2006	4.432.494	0	-	3.322.120	0	-	0	0	-
Total	32.784.458	13.831.436	42,2	24.590.840	10.373.573	42,2	0	0	-

É possível concluir que a taxa de aprovação do Eixo regista uma boa performance, garantindo um compromisso quase total a nível das dotações afectas a 2000/2002 – cerca de 91% da programação financeira. Existem € 10.475 referentes ao projecto da DGO, evidenciados nas listas do SIFEC em 2000, que pertencem ao ano de 2001, estando este valor à data corrente por estornar (Anexo 1 – Quadro 5).

Quanto à distribuição dos projectos aprovados por sectores da Administração Central, de realçar o peso do sector das Finanças (com o significativo projecto promovido pela ADSE):



Contudo, é de ressaltar que o peso do sector da Justiça, apresenta-se subestimado uma vez que os projectos relativos à informatização dos Tribunais e dos Registos e do

Notariado foram apoiados no âmbito da vertente desconcentrada do Estado Aberto (PO's Regionais).

A execução financeira, em termos de despesa apresentada e certificada, não acompanhou o ritmo verificado ao nível das aprovações.

Unidade: euro

Ano	Despesa Pública Total			FEDER			FSE		
	Programado (1)	Executado (2)	(2)/(1) %	Programado (3)	Executado (4)	(4)/(3) %	Programado (5)	Executado (6)	(6)/(5) %
2000	2.561.494	0	0	1.920.120	0	0	0	0	-
2001	5.500.494	1.935.684	35,2	4.125.120	1.451.763	35,2	0	0	-
2002	5.625.494	0	-	4.220.120	0	-	0	0	-
2003	5.690.494	0	-	4.270.120	0	-	0	0	-
2004	4.681.494	0	-	3.511.120	0	-	0	0	-
2005	4.292.494	0	-	3.222.120	0	-	0	0	-
2006	4.432.494	0	-	3.322.120	0	-	0	0	-
Total	32.784.458	1.935.684	5,9	24.590.840	1.451.763	5,9	0	0	-

Existe uma diferença entre os valores inseridos em SIFEC e a execução reportada pelo Eixo III verificável nos quadros abaixo, visto que, entre o momento em que a Gestora deste eixo envia a execução para ser certificada pelo Gestor do POSI e a sua validação, existe uma diferença temporal que em Dezembro de 2001 rondava os 2 meses. Assim, em 31 de Dezembro de 2001, existia despesa já analisada pelo gabinete da Gestora do Eixo III, de acordo com os mapas que a a seguir se apresentam, mas que não estava ainda validada pelo Gestor do POSI:

Unidade: euro

Anos	Eixo III - Estado Aberto				
	Programado (1)	Aprovado (2)	Executado (3)	(3/1)	(3/2)
2000	2.561.494	0	0	0	0
2001	5.500.494	6.922.339	2.741.238	50%	40%
TOTAL	8.061.988	6.922.339	2.741.238	50%	40%

Conforme se pode observar, a despesa registada até 31 de Dezembro de 2001 representa uma taxa de execução de cerca de 50% e 40% face aos montantes programados e aprovados, respectivamente, o que é significativamente baixo.

3.5. Eixo Prioritário IV

Os quadros seguintes espelham os montantes envolvidos nos 2 projectos de Assistência Técnica e o peso das respectivas despesas In e Out.

Medida 4.1. – Assistência Técnica (FEDER)

Quadro de Despesas IN e OUT – Ano 2001

Unidade: euros

Despesas	FEDER	OE (FEDER)	D.P.T.
<i>In</i>	420.388	213.795	634.183
<i>Out</i>	272.979	138.798	411.777
Total	693.367	352.593	1.045.960

Unidade: euros

Anos	Assistência Técnica – FEDER				
	Programado (1)	Aprovado (2)	Executado (3)	(3/1)	(3/2)
2000	689.506	635.368	601.308	87,2%	94,6%
2001	1.004.506	1.065.841	1.045.961	104,1%	98,1%
TOTAL	1.694.012	1.701.209	1.647.269	97,2%	96,8%

Medida 4.2. – Assistência Técnica (FSE)

Quadro de Despesas IN e OUT – Ano 2001

Unidade: euros

Despesas	FSE	OE (FSE)	D.P.T.
<i>In</i>	227.606	116.964	344.571
<i>Out</i>	151.552	70.494	222.045
Total	379.158	187.458	566.616

Unidade: euros

Anos	Assistência Técnica – Despesa Pública Total				
	Programado (1)	Aprovado (2)	Executado (3)	(3/1)	(3/2)
2000	349.000	327.311	280.088	80,3%	85,6%
2001	499.000	529.424	566.616	113,6%	107,0%
TOTAL	848.000	856.735	846.704	99,8%	98,8%

No ponto 6.5. deste relatório encontra-se um desenvolvimento mais detalhado sobre a execução da Assistência Técnica.

Aprovações da Assistência Técnica

Unidade: euro

Ano	Despesa Pública Total			FEDER			FSE		
	Programado (1)	Aprovado (2)	(2)/(1) %	Programado (3)	Aprovado (4)	(4)/(3) %	Programado (5)	Aprovado (6)	(6)/(5) %
2000	1.038.506	962.679	92,7	513.880	476.526	92,7	259.000	245.483	94,8
2001	1.503.506	1.595.265	106,1	663.880	706.547	106,4	329.000	349.416	106,2
2002	1.698.506	1.797.000	105,8	648.880	686.000	105,7	379.000	401.000	105,8
2003	2.187.506	0	-	653.880	0	-	369.000	0	-
2004	2.426.506	0	-	668.880	0	-	369.000	0	-
2005	2.760.506	0	-	648.880	0	-	274.000	0	-
2006	3.008.506	0	-	997.880	0	-	399.000	0	-
Total	14.623.542	4.354.944	29,8%	4.796.160	1.869.073	39,0%	2.378.000	995.899	41,9

Execução da Assistência Técnica

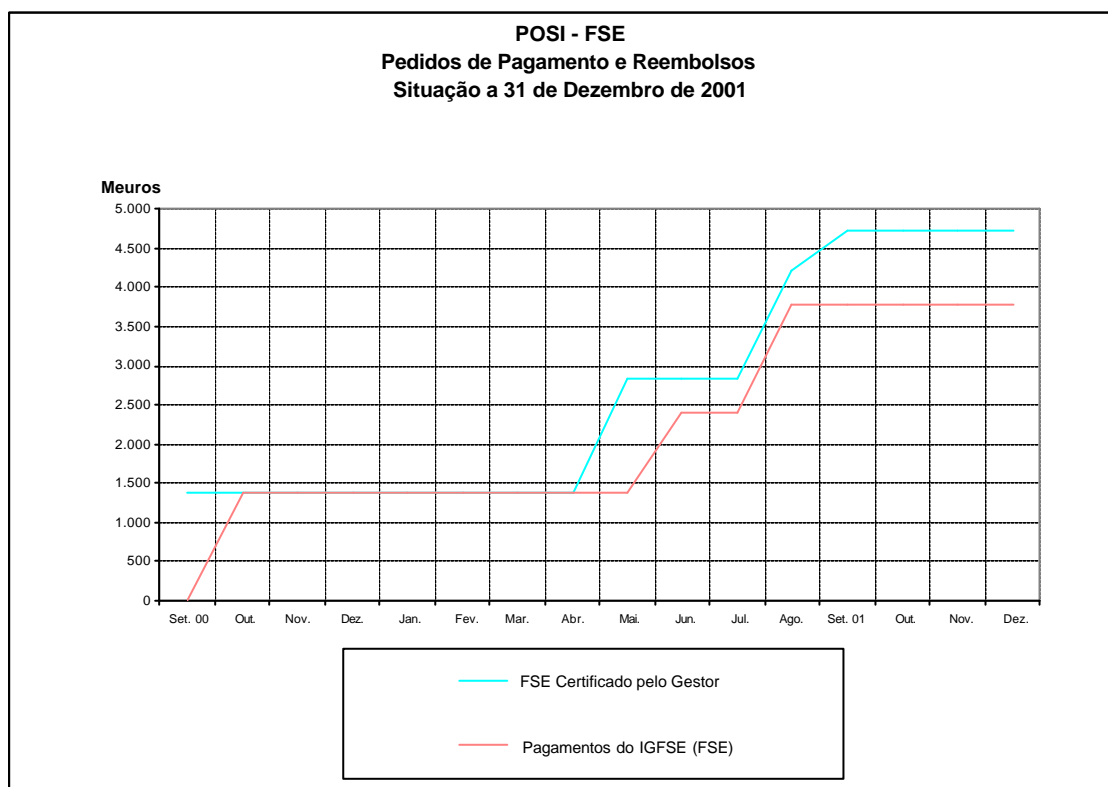
Unidade: euro

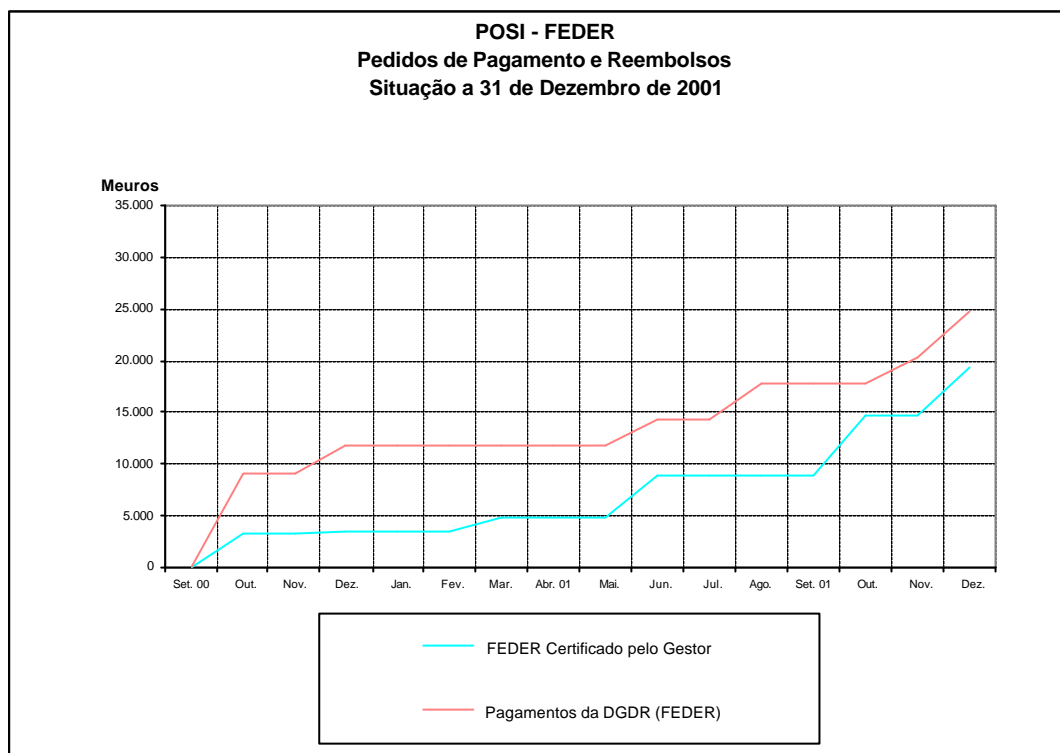
Ano	Despesa Pública Total			FEDER			FSE		
	Programado (1)	Executado (2)	(2)/(1) %	Programado (3)	Executado (4)	(4)/(3) %	Programado (5)	Executado (6)	(6)/(5) %
2000	1.038.506	881.396	84,9	513.880	450.982	87,8	259.000	207.825	80,2
2001	1.503.506	1.612.577	107,3	663.880	693.367	104,4	329.000	379.158	115,2
2002	1.698.506	0	-	648.880	0	-	379.000	0	-
2003	2.187.506	0	-	653.880	0	-	369.000	0	-
2004	2.426.506	0	-	668.880	0	-	369.000	0	-
2005	2.760.506	0	-	648.880	0	-	274.000	0	-
2006	3.008.506	0	-	997.880	0	-	399.000	0	-
Total	14.623.542	2.493.973	17,1	4.796.160	1.144.349	23,8	2.378.000	586.983	24,7

3.6. Pedidos de pagamento e transferências recebidas

Durante o ano 2001, foram efectuados quatro pedidos de pagamento à Comissão Europeia por conta de FEDER, num total de € 15.830.709 de despesa pública validada e certificada, tendo a DGDR recebido por conta do POSI da Comissão Europeia até 31 de Dezembro de 2001, € 6.284.024 por reembolso de pedidos de pagamento e € 18.293.870 correspondentes ao adiantamento de 7% do total do programa (Quadro 1 do Anexo VIII). Em resultado destes pedidos de pagamento, a DGDR transferiu de FEDER para o POSI até 31 de Dezembro de 2001, € 24.779.261.

Relativamente ao Fundo Social Europeu, foram efectuados dois pedidos de pagamento à Comissão Europeia, na ordem dos € 1.983.217. (Quadro 2 do Anexo VIII).





3.7. Regionalização do investimento aprovado

Os Quadros n.º 1 dos Anexos III e IV , traduzem a Programação Financeira por Eixo Prioritário e sua distribuição por regiões elegíveis e regiões em regime de apoio transitório.

3.8. Listagem dos projectos aprovados

Apresentam-se nos Anexos IX e X, listagens dos projectos aprovados durante o ano de 2000 e 2001, para as vertentes FEDER e FSE.

É de salientar que existem projectos com uma componente privada, que se encontram no sistema de informação (SIFEC) ainda no estado “aprovado” ao contrário dos restantes já no estado de “homologado”. Este facto deve-se ao SIFEC ainda não englobar a decisão do programa já aprovada na Segunda Comissão de Acompanhamento, que autoriza uma participação privada na programação financeira do POSI.

Os Anexos I e II refletem o somatório das listagens dos Anexos IX e X (projectos no estado “homologado” mais projectos no estado “aprovado”).

3.9. Componente Desconcentrada (PO's Regionais)

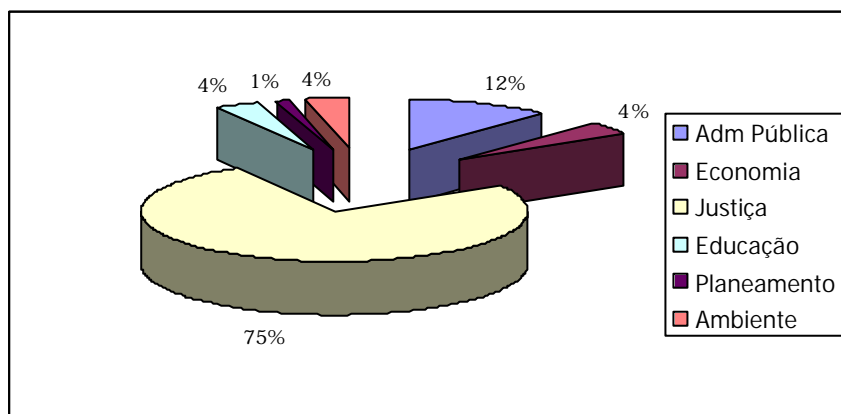
Vertente Portugal Digital

Esta vertente não teve execução no ano de 2001 devido à natureza dos projectos que enquadra – Cidades e Regiões Digitais – à sua dimensão e complexo processo de avaliação que implica. Com base nas candidaturas entretanto em análise, é de esperar que esta situação se altere significativamente ao longo do ano de 2002.

Vertente Estado Aberto

A vertente desconcentrada do Estado Aberto assume uma grande importância dado, representar cerca de 65% dos montantes FEDER atribuídos a esta domínio de intervenção.

Até 31.12.2001 e para o conjunto das 5 regiões do continente, foram aprovados 19 projectos, distribuídos pelos seguintes sectores da Administração:



Como se pode verificar, o sector da Justiça assume uma significativa fatia do investimento aprovado, através dos Programas de Informatização dos Tribunais e dos Registos e do Notariado.

Unidade: euro

Regiões	Vertente Desconcentrada - Estado Aberto			
	N.º Projectos Aprobados	Aprovado (30.04.2002)	Executado (30.04.2002)	%
Norte	5	7.159.148	1.661.689	23%
Centro	3	4.499.855	1.103.794	25%
LVT	4	6.426.550	180.336	3%
Alentejo	3	1.427.752	211.900	15%
Algarve	4	1.109.723	30.915	3%
TOTAL	19	20.623.027	3.188.634	15%

Em conclusão, a vertente desconcentrada enfrenta o mesmo constrangimento ao nível da execução, o que deverá ser corrigido com a entrada em velocidade de cruzeiro dos projectos do sector da Justiça, sobretudo no que respeita ao Programa de Informatização dos Registos e do Notariado.

4. Previsões sobre a evolução

Os primeiros quatro meses do ano de 2002 confirmaram o intenso ritmo de aprovações que o número de candidaturas entradas fazia prever e para o qual o Gabinete de Gestão do POSI se preparara.

O conjunto de projectos aprovados, no âmbito das 5 Unidades de Gestão realizadas neste período, mudaram de forma muito evidente a situação do Programa, quer em termos de montantes financeiros aprovados,- 52% na vertente FEDER; 34% na vertente FSE, face à dotação total 2000 – 2006 - quer em termos de uma aproximação ao cumprimento dos objectivos propostos.

4.1. Ponto de Situação a 30 de Abril de 2002

EIXO /Medida	Fundo	DESPESA PÚBLICA		Aprov/Prog
		Programada 2000-2006	Aprovada até Abril 2002 *	%
TOTAL		625.035.000	303.659.712	48,58%
FEDER		508.288.000	263.930.019	51,93%
FSE		116.747.000	39.729.694	34,03%
Eixo 1		187.986.000	106.374.591	56,59%
1.1 - Competências Básicas	FSE	55.137.879	21.176.864	38,41%
1.2 - Formação Avançada	FSE	45.612.121	17.090.624	37,47%
1.3 - Investigação e Desenvolvimento	FEDER	87.236.000	68.107.102	78,07%
Eixo 2		389.641.000	177.591.201	45,58%
2.1 Acessibilidades	FEDER	99.607.253	85.012.463	85,35%
2.2 Conteúdos	FEDER	50.642.230	24.120.661	47,63%
2.3 Das Cidades Digitais ao Portugal Digital	FEDER	228.321.517	67.852.606	29,72%
2.4 Acções Integradas de Formação	FSE	11.070.000	605.471	5,47%
Eixo 3		32.784.458	17.170.004	52,37%
3.1 - Estado Aberto - Modernizar a Administração Pública	FEDER	32.784.458	17.170.004	52,37%
Assistência Técnica		14.623.542	2.523.917	17,26%
4.1 - Assistência Técnica (FEDER)	FEDER	9.696.542	1.667.182	17,19%
4.2 - Assistência Técnica (FSE)	FSE	4.927.000	856.735	17,39%

* Aprovações até à 12ª UG

No âmbito do Eixo 1, o lançamento do processo de certificação em Competências Básicas em Tecnologias da Informação sofreu um incremento significativo, mercê da aprovação de vários projectos de atribuição do Diploma de Competências Básicas em TICs bem como acções de formação para este fim promovidos pela Direcção Regional para a Ciência e Tecnologia da Região Autónoma dos Açores, o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, a Escola Prática de Infância de Mafra, as escolas do 1º Ciclo do

ensino básico. A integração destas últimas neste processo concretizar-se-á através de um programa de apoio à utilização da Internet em contexto escolar, a desenvolver pelas Escolas Superiores de Educação junto dos professores e alunos deste nível de ensino em todo o país e coordenado pela FCCN.

No que respeita ao Eixo 2, a boa dinâmica de aprovações que se vinha registando para a Medida 2.1 – “ Acessibilidades” estendeu-se também às medidas 2.2 e 2.3, tendo sido aprovados no âmbito desta última, entre Janeiro e Abril de 2002, 8 projectos de Cidades Digitais – Eborae Digitalia, Ribatejo Digital, Gaia Digital, Portalegre Digital, UTAD (2ª fase), Castelo Branco Digital, Braga Digital e Almada Digital.

Com base nos montantes aprovados por ano e, apesar do ainda curto histórico sobre a capacidade anual de execução do Programa, construíram-se estimativas sobre as previsões de execução das vertentes FEDER e FSE até 31 de Dezembro de 2003.

Relativamente ao Eixo III, desde o início do corrente ano foi possível proceder a novas aprovações, contribuindo para o incremento dos níveis de compromisso financeiro, sobretudo no que respeita ao período de 2002-2003:

Unidade: euro

Anos	Eixo III - Estado Aberto		
	Programação	Aprovação	%
2000	2.561.494	0	0%
2001	5.500.494	6.922.339	126%
2002	5.625.494	6.602.745	110%
2003	5.690.494	3.309.273	58%
2004	4.681.494	301.680	6%
2005	4.292.494	0	0%
2006	4.432.494	0	0%
TOTAL	32.784.458	16.736.037	51%

Assim, com as novas aprovações, verifica-se que a taxa de aprovação relativa ao período de 2000-2002 regista um aumento - 96% - ao mesmo tempo que o compromisso relativo a 2003 regista igualmente significativo progresso.

Por outro lado, ao nível da execução financeira, são também registados alguns progressos:

Unidade: euro

Anos	Eixo III - Estado Aberto				
	Programação (1)	Aprovação (2)	Execução (3)	(3/1)	(3/2)
2000	2.561.494	0	0	-	-
2001	5.500.494	6.922.339	2.741.238	49,8%	41,4%
2002	5.625.494	6.602.745	431.671	7,7%	6,5%
TOTAL	13.687.482	13.525.084	3.172.909	23,2%	23,5%

Este aumento da taxa de execução contribui decisivamente para o cumprimento da regra n+2:

Unidade: euro

Anos	Eixo III - Estado Aberto		
	Programação (1)	Execução (30.04.02) (2)	(2/1)
2000	2.561.494	3.172.909	124%
TOTAL	2.561.494	3.172.909	124%

4.2. Previsões de Execução

FEDER

Unidade: euros

Eixo	Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-02 a 31-10-02		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-02 a 31-12-02		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-03 a 31-10-03		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-03 a 31-12-03	
	Despesa Pública Total	FEDER	Despesa Pública Total	FEDER	Despesa Pública Total	FEDER	Despesa Pública Total	FEDER
Eixo 1	12.164.191	6.480.563	2.432.818	1.296.113	14.881.256	6.673.045	2.976.251	1.334.609
Eixo 2	37.194.626	16.052.912	7.438.925	3.210.582	43.050.340	20.223.234	8.610.068	4.044.647
Eixo 3	7.086.557	5.314.912	1.417.311	1.062.982	3.449.724	2.587.290	689.945	517.458
Eixo 4	538.870	306.321	107.774	61.264	1.103.714	596.890	220.743	119.378
TOTAL	56.984.145	28.154.708	11.396.829	5.630.941	62.485.034	30.080.460	12.497.007	6.016.092

FSE

Unidade: euros

Eixo	Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-02 a 31-10-02		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-02 a 31-12-02		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-03 a 31-10-03		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-03 a 31-12-03	
	Despesa Pública Total	FSE	Despesa Pública Total	FSE	Despesa Pública Total	FSE	Despesa Pública Total	FSE
Eixo 1	10.504.087	5.912.451	2.100.817	1.182.490	9.240.758	4.907.424	1.848.152	981.485
Eixo 2	154.503	106.453	30.901	21.291	87.514	35.006	17.503	7.001
Eixo 4	541.913	316.680	108.383	63.335	665.000	307.500	133.000	61.500
TOTAL	11.200.503	6.335.584	2.240.101	1.267.116	9.993.272	5.249.930	1.998.655	1.049.986

4.3. Expectativa de cumprimento da Regra N+2

A regra N+2 obriga em finais de 2002 ao cumprimento da programação do ano de 2000, e no final do ano de 2003 ao cumprimento da programação de 2001.

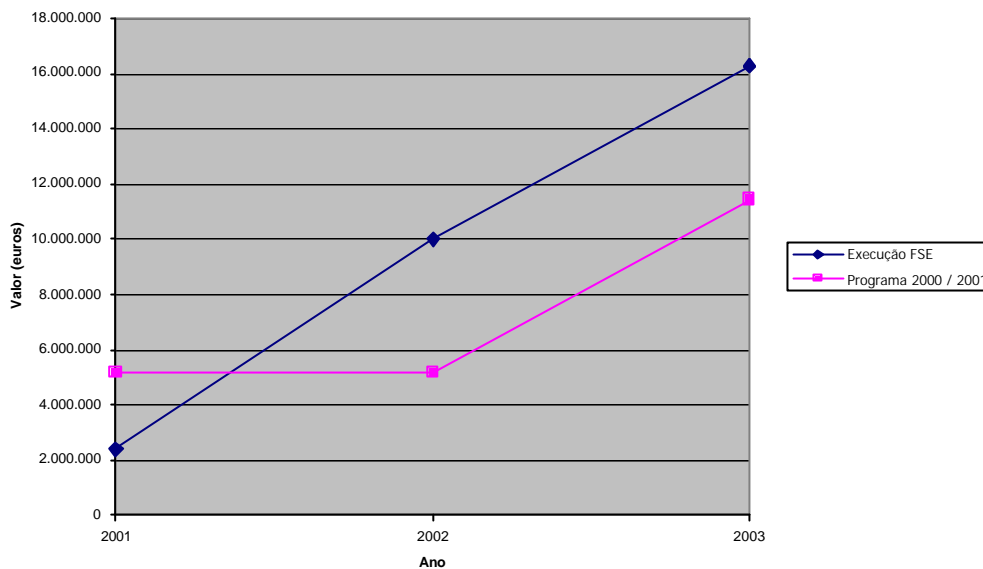
Tendo em conta a execução do Programa a 31 de Dezembro de 2001, ainda não é cumprida a regra N+2 nesta data relativamente ao FSE, sendo já cumprida relativamente ao FEDER.

Os montantes apurados relativamente à programação do ano 2000 são de 102% para o FEDER e de 47% para o FSE, pelo que o esforço de execução deste último terá de ser maior do que o das medidas FEDER durante o ano de 2002, para se conseguir cumprir a regra N+2 no final de 2002.

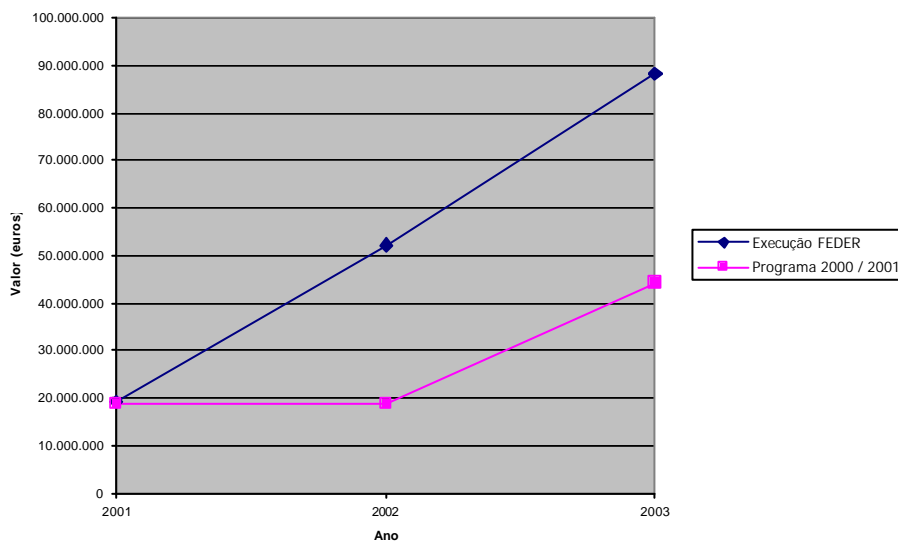
A expectativa de cumprimento da Regra N+2 é positiva, pelo que de acordo com o gráfico seguinte, verifica-se que no final do ano de 2002, dever-se-à cumprir este objectivo a 280% face ao FEDER programado e 194% face ao FSE programado.

Fundo Comunitário	Execução a 31-12-2001	Pedidos Pagamento a efectuar em 2002	Execução a 31-12-2002	Programado para 2000	Regra N+2 face a 2000	Pedidos Pagamento a efectuar em 2003	Execução a 31-12-2003	Programado 2000+2001	Regra N+1 face a 2001
FEDER	19.232.052	33.785.649	53.017.701	18.919.000	280%	36.096.552	89.114.253	44.319.000	201%
FSE	2.396.142	7.602.700	9.998.842	5.148.000	194%	6.299.916	16.298.758	11.452.000	142%

FSE - Regra N+2



FEDER - Regra N+2



Relativamente ao ano de 2002, a expectativa de execução é inferior, andando na ordem dos 201% para o FEDER programado e 142% para o FSE programado.

Relativamente ao Eixo III do POSI, verifica-se o total cumprimento deste objectivo, tendo em conta os montantes já analisados pelo Gabinete de Gestão do Eixo III mas ainda não certificados pelo Gestor do POSI:

Unidade: euro

Anos	Eixo III - Estado Aberto		
	Programado (1)	Executado (2)	(2/1)
2000	2.561.494	2.897.122	113%
TOTAL	2.561.494	2.897.122	113%

Em termos de análise da realização do Eixo III, os atrasos verificados a nível financeiro encontram igualmente paralelo ao nível da execução física dos projectos, os quais, regra geral, deslizaram em média cerca de um semestre face à programação inicial.

Esta conclusão é confirmada pelos dados fornecidos pelos Relatórios Intermédios de Execução/2001, apresentados pelos organismos promotores (conforme modelo disponível no nosso site), no qual são descritas as realizações alcançadas e devidamente justificados os desvios ao aprovado.

É apresentada como principal justificação para os atrasos verificados, sobretudo no arranque dos projectos, a necessidade de obtenção de garantias do co-financiamento comunitário, sem o qual não avançam para o lançamento dos projectos, pelo só são iniciados os procedimentos formais relativos a adjudicações / subcontratações numa fase posterior ao calendário inicialmente apresentado em candidatura, o que está na origem de significativos atrasos na execução.

Por outro lado, as limitações orçamentais dos organismos da Administração Central não dotados de autonomia financeira, nomeadamente ao nível dos procedimentos orçamentais da contabilidade pública, provocam verdadeiros constrangimentos financeiros a estas entidades (impossibilidade de proceder ao pagamento por reembolso de despesa efectivamente quitada, uma vez que estas entidades não podem legalmente proceder ao pagamento por antecipação).

No sentido de flexibilizar o regime de pagamentos do Eixo, foi proposta a alteração do regulamento específico (consideração da factura para efeitos de validação da despesa), o qual foi objecto de Despacho Conjunto já no corrente ano, o que vem incrementar a execução do Eixo a nível financeiro e, conseqüentemente, a nível físico.

5. Indicadores para a atribuição da reserva de eficiência

Os indicadores definidos no Complemento de Programação para a determinação da reserva de eficiência têm sido compilados de acordo com a evolução das várias medidas que compõem este Programa.

Devido ao lançamento tardio de alguns concursos que abrem a oportunidade de candidatura às medidas, alguns não têm ainda valores.

Os indicadores de Eixo do QCA têm tido, em geral uma evolução favorável, nomeadamente “Escolas ligadas à Internet” onde todas as Escolas já estão ligadas.

INDICADORES - EIXO DO QCA	
Cobertura dos alunos do 9º ano de escolaridade com certificação em competências básicas em tecnologias de informação	
Escolas ligadas à Internet	10.470
Aumento dos agregados familiares com PC	39%
Postos /Espaços públicos para acesso à Internet	451
Domínios activos no Top Level Domain.PT em per milagem da população	2.1

O valor referente ao indicador “aumento dos agregados familiares com PC” é extraído do quadro “Evolução da percentagem da posse de computadores nas famílias, 1997-2001”, OCT,2002, Sociedade de Informação, Principais Indicadores Estatísticos 1995-2001. Este valor deverá corresponder à percentagem total e não apenas ao crescimento 2000-2001.

O valor referente ao indicador “Domínios activos no Top Level Domain.PT em per milagem da população” tem por base os resultados provisórios da população residente do Censos 2001 do INE.

Os indicadores de Programa mostram igualmente uma evolução favorável, apresentando contudo o mesmo problema referido acima no que diz respeito aos diplomas.

Relativamente ao indicador referente à criação de cidades digitais, o valor relativamente baixo é devido à definição intrínseca de “cidade” que é bastante restritiva.

INDICADORES - PO	
Cobertura dos alunos do 9º ano de escolaridade com certificação em competências básicas em tecnologias de informação	
Pessoas credenciadas em TIC/População activa	
Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação atribuídos	
Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação atribuídos (LVT)	
Postos /Espaços públicos para acesso à Internet	451
Agregados familiares com PC com acesso à Internet	18%
Escolas ligadas à Internet	10.470
Criação de uma cidade digital em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas	2
Criação de uma cidade digital em todos os distritos da Região de Lisboa e Vale do Tejo	0
Direcções Gerais e institutos públicos que disponibilizam pelo menos um serviço via electrónica	68
Direcções Gerais e institutos públicos que efectuem aquisições por via electrónica	3

O valor referente ao indicador "Agregados familiares com PC com acesso à Internet" é extraído do quadro "Evolução da posse de ligação à Internet nas famílias, 1999-2001", OCT,2002, Sociedade de Informação, Principais Indicadores Estatísticos 1995-2001. Este valor deverá corresponder à percentagem total e não apenas ao crescimento 2000-2001.

Os indicadores para a atribuição da reserva de eficiência com base em critérios de eficácia apresentam as mesmas características dos indicadores do QCA e do PO.

Indicadores para a reserva de eficiência				
CRITÉRIOS DE EFICÁCIA	MEDIDAS	INDICADORES	TOTAL	LVT
Realização física	1.1	Numero de provas de certificação dirigidas à obtenção do diploma de competências		
Realização física	2.3	Numero de acções aprovadas no âmbito de projectos integrados de cidades digitais	29	0
Realização física	3.1	Numero de projectos aprovados que visem a prestação de serviços por via electrónica		
De Resultado	Eixo I	Numero de diplomas de competências básicas atribuído		
De Resultado	Eixo II	Existência de uma cidade qualificada como cidade digital em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas	2	0
De Resultado	Eixo III	Organismos da Administração Pública que disponibilizam serviços via electrónica	68	
Efeito de Alavanca	Medida 2.1	Rácio entre o valor dos investimentos realizados em relação aos recursos públicos mobilizados		

Os dados relativos à Administração Pública são retirados do “Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central – 2000”, OCT/II e referem-se igualmente a valores totais. Os dados relativos a 2001 encontram-se em análise, a partir dos quais será possível determinar taxas de crescimento relativas a 2000/2001.

6. Medidas para assegurar a eficácia da gestão e implementação do programa

6.1 Acções de acompanhamento

Decorrente do conjunto de actividades desenvolvidas no primeiro ano de execução plena do Programa, numa primeira fase ligadas essencialmente ao processo de aprovação dos projectos e numa fase posterior à estabilização dos mecanismos de apuramento da despesa, não foi possível iniciar as acções de acompanhamento dos projectos da totalidade dos Eixos no terreno, o que não obsteu a que não fossem estabelecidos contactos estreitos, materializados em telefonemas e reuniões, entre o corpo técnico da EAT e as entidades beneficiárias com projectos em curso, sempre que surgissem dúvidas de ambos os lados. Estes contactos revestiram uma forma sistemática nos momentos de apresentação de pedidos de pagamento tendo em vista o cumprimento dos procedimentos da certificação da despesa.

Em relação ao Eixo 3 e face a esta limitação de tempo e de recursos humanos, o acompanhamento assentou essencialmente nos Relatórios Intermédios de Execução/2001, onde era efectuada uma análise da execução, a fundamentação dos desvios face ao programado e uma previsão da execução para 2002, incluindo necessidades de reprogramação da calendarização/componentes dos projectos.

A partir da informação recolhida foi possível elaborar estimativas quanto ao nível de execução a atingir no corrente ano, o que possibilita a afinação dos instrumentos de gestão com vista a corrigir os atrasos registados na execução, como por exemplo a introdução de mecanismos de *overbooking* controlado.

Espera-se no ano de 2002 poder vir a realizar acções de acompanhamento no terreno, verificando as condições de implementação dos projectos e, simultaneamente, desenvolver um acompanhamento de carácter pedagógico junto dos organismos promotores.

6.2. Síntese de Problemas Detectados

De uma forma geral, os principais obstáculos encontrados prendem-se com dificuldades ligadas ao carácter inovador das intervenções destinadas à promoção da Sociedade da Informação, dada a ainda fraca capacidade de concepção e implementação de projectos significativos nesta área.

Em relação ao Eixo 3, as candidaturas apresentadas dirigem-se sobretudo ao reequipamento informático dos organismos da Administração Pública, faltando na maioria dos projectos uma visão integrada e estratégica quanto ao papel das novas tecnologias na modernização e aumento da eficácia dos serviços.

As principais componentes propostas a financiamento passam pela aquisição de computadores e impressoras que embora importantes para a modernização dos serviços, sem uma efectiva reestruturação ao nível dos processos de trabalho e interligação de SI

que racionalizem a circulação dos processos e respectiva informação, não alteram a situação em matéria de eficácia e produtividade da Administração.

Falta de estratégia integrada ao nível do sector onde o organismo se integra, e ao nível mais geral, da própria Administração Pública (por exemplo em matérias como a gestão de redes), surgindo os projectos por iniciativa individual de cada serviço, muitas vezes tendo na sua génese a capacidade mobilizadora de um funcionário ou núcleo com maior dinamismo.

Este factor é positivo, devendo ser sempre valorizadas as iniciativas que encerrem potencial de mudança, devendo-se contudo validar as intervenções junto da respectiva tutela, com vista a assegurar a existência de estratégias integradas por parte do sector, evitando simultaneamente eventuais sobreposições entre projectos.

Neste sentido, o Estado Aberto definiu como elemento obrigatório a constar no dossier de candidatura, a validação por parte da tutela do interesse estratégico da candidatura apresentada.

Os projectos apresentados destinam-se sobretudo à melhoria da eficiência interna dos organismos, não sendo privilegiada, contrariamente aos objectivos primeiros do Estado Aberto, a flexibilização do relacionamento com os cidadãos e as empresas.

Face a esta realidade, as orientações internas para a análise técnica das candidaturas visaram estabelecer um conjunto de indicadores de caracterização quanto ao grau de criticalidade do organismo e validade dos objectivos face aos custos estimados, de modo a determinar a pertinência da candidatura.

Esta metodologia visa evitar que o Estado Aberto contribua apenas para o apetrechamento da Administração em matéria de equipamento informático, numa óptica meramente tecnicista, reduzindo a este aspecto aquilo que pode ser o contributo das novas tecnologias no contexto da AP, não provocando impactos directos e positivos na qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

Desequilíbrio entre as dotações alocadas à componente central (POSI) e desconcentrada (PO's Regionais), que dada a natureza estratégica dos investimentos, justificaria uma maior concentração do financiamento na componente central da intervenção, sobretudo tendo em atenção a reduzida dimensão do pacote financeiro afecto ao Estado Aberto face às necessidades verificadas por parte da AP Central.

Por outro lado, a desconcentração de competências a nível das regiões, subjacente à arquitectura financeira definida, não corresponde ainda a uma realidade efectiva, pelo que se verifica pouca procura a nível regional.

De salientar as dificuldades de operacionalização do Programa decorrentes da particularidade das taxas de comparticipação dos dois fundos envolvidos serem diferentes por medida e por ano, nos eixos 1, 2 e 4. Estas dificuldades verificam-se ao longo das várias fases de cada projecto:

- ✓ No momento da análise da candidatura, quando da elaboração da proposta de decisão, a fórmula de cálculo da taxa a aplicar deverá ter em conta uma média ponderada das taxas e montantes a aprovar para cada ano de financiamento que o projecto contemplar.
- ✓ Durante a fase da execução, se houver um desvio face à diminuição de montantes e um deslize temporal, poderá surgir a necessidade de correcção das taxas aprovadas recorrendo a uma reprogramação financeira.

O seguimento deste processo implica atenção e trabalho adicionais, considerando-se altamente prejudicial para o bom desempenho dos técnicos que acompanham os projectos.

6.3. Medidas para assegurar a eficácia da Gestão e implementação do Programa

Criação de Painéis de Avaliação e selecção de candidaturas para as medidas 2.2 e 2.3.

O carácter inovador das intervenções destinadas à promoção da Sociedade da Informação aconselhou que numa primeira fase do programa, os concursos para recepção de candidaturas deveriam ser abertos em permanência e de grande abrangência.

Uma vez identificadas as medidas que apresentam maior risco e para as quais existe uma maior probabilidade de se escolherem projectos não adequados aos objectivos previstos – Medida 2.2 “Conteúdos” e Medida 2.3 “Projectos Integrados – Das Cidades Digitais ao Portugal Digital” foi considerado adequado o recurso a medidas especiais, que garantissem uma avaliação mais abrangente e técnica, a qual não poderia ficar limitada às competências técnicas do GGPOSI.

Assim, foi previsto no Regulamento de Acesso a cada uma destas duas medidas que o processo de avaliação e selecção de candidaturas seria efectuado por um painel de avaliadores, composto por um mínimo de três elementos especialistas em diferentes sectores.

Nesse sentido, apresentou o Gestor do POSI, propostas relativamente à composição dos painéis de avaliação, as quais seriam aprovadas em Julho de 2001 pelo Ministro da Ciência e da Tecnologia:

Painel de avaliação da medida 2.2 “Conteúdos”:

- ✓ Dr. Miguel Lobo Antunes, ex-administrador do Centro Cultural de Belém;
- ✓ Prof. Doutor Nuno Guimarães, Prof. Catedrático do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- ✓ Dr. Rui Trindade, jornalista, especializado na área das novas tecnologias
- ✓ Dr. José Afonso Furtado, director da Biblioteca de Arte da Fundação Gulbenkian;
- ✓ Dr. Jorge Silva Melo, realizador de cinema, encenador, com conhecimentos alargados na área dos conteúdos

Painel de avaliação da medida 2.2 Projectos Integrados “Das Cidades Digitais ao Portugal Digital”

- ✓ Prof. Doutor João Ferrão – geógrafo, Investigador do ICS
- ✓ Prof. Doutor João Ferreira do Amaral, Economista, professor do ISEG
- ✓ Eng.º Francisco Tomé, membro da Missão para a Sociedade da Informação

6.4. Sistema de informação

Com um esforço adicional e o empenho de toda a equipa do POSI, foi possível carregar o SIFEC – Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão 2000-2006 disponibilizado pela DGDR para acompanhamento da vertente FEDER, com todos os dados relativos aos anos de 2000 e 2001.

Tratando-se de um sistema de informação novo e complexo, nos primeiros meses da sua utilização constataram-se várias dificuldades técnicas que só foram possíveis de ultrapassar pela total disponibilidade dos técnicos da DGDR. Contudo, ainda existem alguns problemas técnicos, a nível da gestão de informação por parte do SIFEC, que se encontram em vias de ser colmatados.

Conseguiu-se assim encerrar o ano de 2001 com informação totalmente fornecida pelo sistema (embora ainda existem algumas inconsistências). Desde essa data os pedidos de pagamento são igualmente elaborados com informação fornecida pelo sistema.

Para além do SIFEC, a gestão da vertente FEDER é complementada por um SI interno que assegura a montante da introdução de dados em SIFEC, a análise da elegibilidade da despesa e apuramento do respectivo pagamento, por ano/projecto.

Este SI é utilizado igualmente na gestão da vertente FSE. Encontra-se em fase de implementação o “SIIFSE” – Sistema Integrado de Informação do FSE disponibilizado pelo IGFSE. Encontrando-se, até à data poucos projectos aprovados no âmbito das medidas co-financiadas pelo FSE, este atraso na implementação do sistema não é preocupante.

A Assistência Técnica utiliza um sistema de contabilidade pública adaptado às especificidades da execução financeira do POSI.

O registo de entrada de candidaturas é suportado por uma base de dados que foi criada internamente, permitindo atribuir automaticamente um número de ordem, identificar o estado dos projectos e realizar consultas sobre alguns dados de cada projecto, nomeadamente, entidade, designação, montante solicitado, região, objectivos e ponto de situação.

6.5. Utilização da Assistência Técnica

Ao longo do ano em apreço conclui-se o processo de aquisição e instalação de equipamento necessário ao normal funcionamento da Estrutura de Apoio Técnico ao Gestor do POSI (EAT).

Concluiu-se igualmente o processo de recrutamento e admissão do corpo técnico restringindo o número de 18 elementos previsto na Resolução do Conselho de Ministros 27/2000 art. 4º n.º 7.

Em conformidade com a actividade desenvolvida, a taxa de execução financeira dos montantes programados no âmbito das dotações quer FEDER quer FSE, situou-se praticamente nos 100%.

De salientar o esforço financeiro assumido com a publicidade e divulgação que se materializam em vários tipos de actividades – actualização permanente da página do POSI na Internet, anúncios publicados na imprensa nacional e regional, seminários, participação em feiras e cartazes ligados à Sociedade da Informação, divulgação de abertura de concursos de acesso às várias Medidas - conforme descrito mais detalhadamente no ponto 6 deste relatório.

No âmbito de uma preocupação de permanente melhoria do desempenho dos recursos humanos da Estrutura, a formação assume uma particular atenção. Para além de inúmeras e sistemáticas acções de reciclagem e aprofundamento de conceitos e procedimentos internos, os técnicos participaram nas seguintes acções de formação externas:

N.º de Participantes	Designação do Curso	Objectivo da Formação
6	Auditoria Financeira	Conceitos essenciais e metodologias técnicas básicas de auditoria financeira, procedimentos de auditoria como ferramentas de diagnóstico e avaliação a sistemas de controlo e de contabilidade.
1	ESIG – 2001 – VI encontro de utilizadores de Informação Geográfica	Divulgação de sistemas de informação geográfica.
2	A avaliação de Programas Sócio-Económicos no contexto do QCA III – A abordagem MEANS	Reforçar a cultura de avaliação entre gestores de programa e projectos sócio-económicos e disseminar os fundamentos e as boas práticas de avaliação de programas e políticas públicas.

6.6. Acções de controlo de 1º Nível

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro, vem reforçar em 3 elementos a estrutura do POSI, afectando-os à área de Controlo de 1º Nível. Esta medida, veio permitir ultrapassar a total incapacidade, existente até à data, de afectar recursos humanos em regime de total segregação de funções, a esta nova função.

Dos três elementos previstos pela RCM, encontram-se já afectos a esta estrutura segregada desde Fevereiro de 2002, dois Técnicos Superiores, que iniciaram de imediato a execução dos procedimentos, tendentes a ultrapassar o atraso no arranque da função.

Neste âmbito, definiu-se em relação à componente FEDER:

A Amostragem dos projectos a auditar obrigatoriamente de acordo com as metodologias indicadas pelo Sistema Nacional de Controlo (SNC) e que contempla o esforço adicional de controlo a efectuar por conta dos projectos com execução nos anos de 2000 e 2001;

Um Cronograma de auditorias a efectuar até ao final de 2002;

Em relação à componente FSE:

Em virtude da inexistência de projectos co-financiados por este fundo, com execução significativa em 2000 e 2001 o processo de selecção ainda não foi concluído, prevendo-se a sua concretização no início do 2º semestre do corrente ano.

Está em fase de elaboração já avançada, o "Manual de Procedimentos" gerado com base no Regulamento da Comissão n.º 438/2001 e que inclui todos os procedimentos de gestão do POSI.

6.7. Avaliação Intercalar

Durante o ano de 2001 desenvolveram-se todos os procedimentos tendentes à elaboração dos documentos necessários à abertura do concurso público para a escolha do candidato à realização da Avaliação Intercalar.

De salientar a realização do Grupo Técnico de Avaliação em 26 de Novembro onde foi analisada uma proposta contendo os termos de referência a serem utilizados na Avaliação Intercalar e cujas sugestões contribuíram de uma forma decisiva, para conclusão atempada do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos.

Em 14 de Maio de 2002 foi publicado em Diário da República o anúncio de abertura do concurso terminando o prazo de entrega de candidaturas a 31 de Maio.

7. Informação e Publicidade

De acordo com o Regulamento CE 1159/2000, tem vindo a Estrutura de Apoio Técnico a tomar as medidas preconizadas para publicitar e informar sobre as acções desenvolvidas no âmbito do programa.

Foi criada uma imagem específica para o Programa Operacional Sociedade da Informação, utilizada em todo o material de estacionário, material promocional do programa e que, segundo as regras de publicitação, deve ser usada em todos os materiais e afixada nos locais onde decorrem os projectos co-financiados, demonstrando a intervenção comunitária e nacional.

No cumprimento do plano de comunicação, implementaram-se acções específicas destinadas ao grande público e aos potenciais beneficiários.

7.1. Acções para o público em geral

Aproveitando as potencialidades da Internet, o site <http://www.posi.mct.pt> foi considerado pela EAT como o mais importante veículo de divulgação deste programa. Assim é ali disponibilizada toda a informação de interesse para potenciais candidatos, para beneficiários finais e para o público em geral, dando-se conta também da execução e das iniciativas do Programa Operacional Sociedade da Informação.

Estão também disponíveis os diversos formulários e explicitados os procedimentos de candidatura.

Durante o ano de 2001 o site recebeu cerca de 75000 visitas, tendo-se registado 1353 pessoas e instituições.

LINHA DE APOIO TELEFÓNICO * * * * * 21 7222160

Informa-se que o horário de atendimento da LINHA DE APOIO TELEFÓNICO é das 15 as 17 horas

PROGRAMA ➤ **CANDIDATURAS** ➤ **DOCUMENTAÇÃO** ➤ **EM DESTAQUE** ➤



NOTÍCIAS

INÍCIO
REGISTO
LIGAÇÕES
REGRAS PUBLICITAÇÃO
CONTACTOS
AJUDA

PROGRAMA
Introdução; Objectivos; Estrutura; Orçamento e financiamento;
Texto integral do Programa

CANDIDATURAS
Formulários FEDER ; formulários FSE

DOCUMENTAÇÃO
Legislação; Regulamentos; Publicações

EM DESTAQUE
Notícias; Editais; Iniciativas; Projectos Homologados

PDF ○ RTF ○

Portugal Digital

Presença em feiras e certames:

Multimédia XXI

O POSI esteve representado na 4ª Exposição Internacional da Multimédia XXI realizada na FIL entre 3 e 6 de Maio.

No pavilhão do evento estava disponível um Espaço Internet e eram também explicitados os conceitos subjacentes aos projectos de Cidade Digital, no âmbito da medida 2.2 deste programa.

Este certame que foi visitado por muitos milhares de pessoas, tendo tido o stand do POSI, sob o tema PORTUGAL DIGITAL bastante impacto, quer pela sua localização, quer pela disponibilização gratuita de acesso à Internet, bem como pela oportunidade do público em geral e dos potenciais interessados em conhecer os apoios disponíveis, no âmbito de acesso e do uso social das novas tecnologias de informação e comunicação.



Publicidade (Anexo XII)

Anúncio	Data	Tipo de inserção
1. Edital "Criação de espaços Internet em todo o país"	Fevereiro de 2001	Imprensa nacional, regional e web site
2. Anúncio Institucional EAGIRE	31 de Março de 2001	Semanário "Expresso"
3. Abertura de candidaturas – Ano 2001 – EAGIRE	Maio de 2001	Jornais "Público", "Algarve", "Alentejo", "Coimbra" e semanário "Expresso"
4. Edital "Conteúdos.pt"	25 de Junho de 2001	Imprensa de maior divulgação (Lisboa e Porto) e web site
5. FASI – Fundo de Apoio à dinamização da Sociedade de Informação em Portugal	13 de Julho de 2001	Web site
6. Edital "Cidades e Regiões Digitais "	29 de Outubro de 2001	Imprensa de maior divulgação (Lisboa e Porto), Diário de Aveiro e web site
7. Anúncio Institucional	Várias	Vários

Entrevistas e artigos

Foram também publicados artigos e entrevistas com o Gestor do Programa em revistas e jornais temáticos ou de grande divulgação, sobre os objectivos e impactos do Programa no âmbito do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

7.2. Beneficiários potenciais

Acções de Divulgação

Para promoção do concurso aberto pelo edital de 8 de Fevereiro “Criação de Espaços Internet”, foram organizadas várias sessões de divulgação junto de Câmaras Municipais e das Comissões de Coordenação Regional.

A primeira dessas acções realizou-se a 1 de Março de 2001, em Lisboa, abrangendo também o Vale do Tejo e estiveram representadas 38 Câmaras Municipais e 4 Associações de Municípios

No Porto e para a Região Norte realizou-se uma sessão a 15 de Março de 2001, com 69 presenças, representando 37 Câmaras Municipais e 2 Associações de Municípios. Idêntica sessão organizada para a Região Centro realizou-se em Coimbra, a 30 de Março de 2001 e contou com 57 participantes, representando 39 Câmaras Municipais .

Foi ainda realizada em Évora para o Alentejo uma sessão que contou com cerca de 30 representantes de várias Câmaras daquela região.

Seminários

“SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL – Das cidades digitais ao Portugal Digital”.

Em parceria com o consórcio Aveiro Cidade Digital, realizou-se em Aveiro, nos dias 29 e 30 de Outubro de 2001, um seminário com o objectivo divulgar o conceito e partilhar as boas práticas dos projectos de “cidades digitais” já em funcionamento em Portugal: Aveiro, Marinha Grande e Sistema Cooperativo de Extensão de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Foram ainda debatidos, em painéis integrados por especialistas nas matérias, os impactos no desenvolvimento local e regional, no aumento do potencial humano, na qualidade de vida nas cidades e no interior destes projectos.

Estiveram presentes cerca de 300 pessoas, provenientes de todo o País e representando diferentes sectores que de alguma forma poderiam estar interessados em integrar um projecto de Cidade Digital: autarquias, ensino, tecido empresarial, saúde, ambiente entre outros.

O POSI esteve presente em diversas acções de divulgação que foram objecto de candidatura específica, tendo sido sempre observada a visibilidade do co-financiamento comunitário e nacional nos projectos financiados por este Programa Operacional.

Os apoios concedidos no âmbito do Estado Aberto foram objecto de uma ampla divulgação, quer junto do público em geral mas especialmente junto dos beneficiários finais, i.e., organismos da Administração Pública Central.

Assim, a abertura dos dois períodos para recepção de candidaturas – Maio e Novembro, foi precedida por um mailing extensivo, junto de todos os organismos da AP, para além de publicação de editais junto da comunicação social (imprensa nacional e regional).

Para além destes aspectos, foi realizado um conjunto de seminários técnicos, onde foram divulgados os objectivos do Eixo e feito o enquadramento dos apoios a conceder, devendo ser realçado neste âmbito o seminário promovido pelo INA e dedicado ao Estado Aberto (Oeiras, 17 de Outubro).

8. Compatibilidade com as Políticas Comunitárias

Ajudas de Minimis

O Gestor do Programa Operacional Sociedade da Informação implementou mecanismos de verificação da compatibilidade dos projectos aprovados com o regime de ajudas de minimis, em articulação com a DGDR.

Assim, os projectos alvo de parecer favorável da Unidade de Gestão, são enviados para a DGDR com a indicação do financiamento a conceder e a identificação fiscal da entidade beneficiária. Apesar de nunca se ter verificado, caso venha a ser assinalado pela DGDR a ultrapassagem dos limites previstos, o financiamento não será concedido.

Acresce que o Termo de Aceitação do projecto inclui, para o caso do beneficiário ser uma empresa, a exigência da declaração de outras ajudas de minimis eventualmente recebidas pela empresa.

Política de Ambiente

A intervenção do POSI, pela natureza dos apoios disponibilizados no âmbito dos projectos aprovados nas suas diferentes medidas, não tem implicações directas em matéria de ambiente, respeitando integralmente os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e melhoria do ambiente.

Igualdade de Oportunidades

Já por outro lado, no que respeita à política de igualdade de oportunidades, o POSI assume-se como um instrumento activo da política nacional nesta área.

O combate à info-exclusão prosseguido como uma condicionante essencial ao desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal traduziu-se numa prática de colocação de investimento em locais públicos e de disponibilização de apoio a instituições com um papel crítico nesta matéria.

O universo escolar socialmente mais alargado do primeiro ciclo do básico, minorias étnicas, imigrantes, os cidadãos com necessidades especiais configuram sectores da população objecto de particular preocupação na grelha de análise da apreciação dos projectos candidatos ao POSI.

São exemplos práticos destas preocupações:

- ✓ A cobertura a 100% da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico;

- ✓ A constituição da Rede Solidária, no âmbito da RCTS, que como já referido no ponto 2 deste relatório integrava, no final do ano em análise, 122 instituições que trabalhavam nas várias áreas da deficiência;
- ✓ A aprovação do projecto “Comunidades em Movimento” que envolve 4 associações de imigrantes predominantemente de origem Cabo Verdiana residentes em bairros periféricos da zona da Grande Lisboa, estimando-se em cerca de 80 000 a população potencialmente abrangida pelo projecto;
- ✓ A aprovação do projecto “Camelamos Naquerar” no âmbito do qual é criado e dinamizado um pólo com 6 postos informáticos ligados à Net, tendo como população alvo, na parte da manhã, cerca de 95 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, de etnia cigana, residentes no Bairro da Quinta das Laranjeiras e na parte da tarde (14h30-19h30) outras faixas etárias do Bairro que é composto ao todo por 84 famílias , num total de 429 pessoas;
- ✓ A aprovação do projecto “Brasil em Portugal” que visa a criação e funcionamento, em Lisboa, por um período de três anos, de um espaço de acesso à Internet público e gratuito, equipado com 6 computadores, dinamizado por 2 animadores e dirigido à vasta comunidade brasileira residente em Portugal.